

Expandir as articulações 37

O articulador político de Fernando Collor de Mello, deputado Bernardo Cabral, não confia na durabilidade de um bloco suprapartidário de sustentação política no Congresso Nacional sem o apoio, mesmo que indireto, da sociedade civil organizada. Por isso, ele tem se encarregado pessoalmente dessa tarefa. Até agora, os resultados foram positivos, mas o próximo passo, além de ousado, é perigoso: a aproximação com a CUT, a maior central sindical do País.

Antes mesmo do segundo turno da eleição presidencial, o presidente da CUT, Jair Meneghelli, disse que se Collor fosse eleito haveria uma "onda de greves". Temendo isso, o futuro ministro da Justiça entendeu que será necessário, pelo menos, mostrar disposição e abertura ao diálogo. Se conseguir agendar o encontro Meneghelli esta semana, Cabral tentará obter uma trégua de, no mínimo, dois meses. A proposta, porém, não será direta. O futuro ministro da Justiça dirá inicialmente, que os trabalhadores "não serão penalizados" e que a política salarial será mantida, apesar da desindexação da economia que está sendo proposta por Zélia Cardoso de Mello.

O principal trunfo de Cabral será a disposição de discutir com a CUT as leis ordinárias e complementares da Constituição que regulamentam os direitos trabalhistas, como: indenização compensatória para demissões imotivadas e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. O futuro Ministro, com as credenciais que obteve junto aos trabalhadores como relator da Constituinte, garantirá o encaminhamento e apreciação destas matérias pelo Congresso Nacional.

Mesmo que Meneghelli se negue à trégua, Cabral acha que sairá vitorioso. O raciocínio da equipe política é o de que a negativa ao diálogo da maior central sindical, bem como do PT e do PDT, levariam a opinião pública a acreditar que Collor está sendo "vítima" do que diversas vezes denunciou na campanha eleitoral: o "sectarismo".